

Mulheres no G20

- ★ Síntese da Declaração do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres
- ★ Tópicos de outros Grupos sobre igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica, economia e sistema de cuidados;
- ★ Tópicos de outros Grupos sobre misoginia e violência baseada em gênero;
- ★ Tópicos de outros Grupos sobre ação climática sensível ao gênero.



MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República do Brasil

Geraldo Alckmin
Vice-Presidente da República do Brasil

Cida Gonçalves
Ministra das Mulheres do Brasil

Maria Helena Guarezi
Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres do Brasil
Chair do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres do G20

FICHA TÉCNICA

Equipe dedicada G20/MMulheres

Adélia Mathias
Alessandra Jacobovski
Carolina Gontijo
Dandara Lima
Lara Selis
Lizandra T. R. Souza
Luana Araujo
Marina Silva

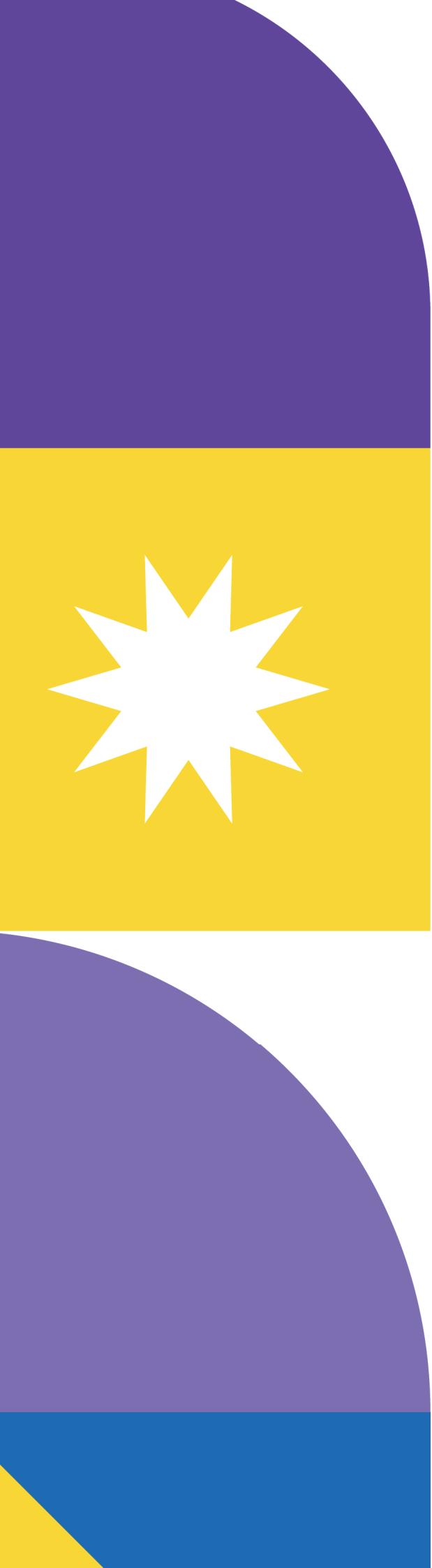
Redação
Dandara Lima

Revisão
Eliane Barros

Projeto Gráfico
Grupo Besouro
Luana Franco

Novembro de 2024





Este material foi produzido pelo **Ministério das Mulheres do Brasil** para apresentar as iniciativas e resultados que a presidência brasileira do G20 alcançou em busca de direitos e do empoderamento de mulheres e meninas de todo o mundo. Ele está dividido em três tópicos principais.

Primeiro, apresentamos os destaques da **Declaração da Presidência Brasileira sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres** do G20, fruto dos debates do primeiro ano do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres, coordenado pelo Ministério das Mulheres do Brasil.

Depois, fundamentamos os tópicos que tratam sobre cada um dos temas selecionados pelo Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres como prioritários nos documentos finais dos demais Grupos de Trabalho do G20, Forças-Tarefa, Iniciativa de Bioeconomia e nos Grupos de Engajamento que compõem o G20 Social.

Os temas prioritários são:

- Igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica, economia e sistema de cuidados;
- Misoginia e violência baseada em gênero;
- Ação climática sensível ao gênero;

Por fim, apresentamos um último tópico com os temas relacionados a outras áreas de atuação que beneficiam mulheres e meninas.

**Até o fechamento deste material, ainda não tinha sido realizada a Reunião Ministerial dos Grupos de Trabalho de Cultura e de Educação e as reuniões finais de três Grupos de Engajamento: Parlamentos (P20), Sociedade Civil (C20) e Oceanos (O20).*

Sumário

1. SÍNTSE DA DECLARAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES	7
1.1 Preâmbulo	8
1.2. Sobre igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica, economia e sistema de cuidados	10
1.2.a) Igualdade entre homens e mulheres	10
1.2.b) Autonomia econômica	11
1.3 Sobre misoginia e violência baseada em gênero	12
1.4. Sobre gênero e ação climática	13
1.5. Sobre outras áreas de atuação	14
2. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE IGUALDADE ENTRE HOMENS MULHERES, AUTONOMIA ECONÔMICA ECONOMIA E SISTEMA DE CUIDADOS	14
3. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE MISOGINIA E VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO	32
4. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE AÇÃO CLIMÁTICA SENSÍVEL A GÊNERO	35
5. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO	41



1. SÍNTESE DA DECLARAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES

O Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério das Mulheres finalizou suas discussões no dia 11 de outubro de 2024 com a aprovação de uma Declaração da Presidência Brasileira que foi apoiada por 20 dos 21 membros do G20. Esta Declaração trata sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e envolveu uma extensa negociação ao longo de quatro encontros técnicos, oito reuniões on-line e mais de 15 reuniões bilaterais.

O texto final do documento foi apoiado pelos membros África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, República da Coreia, Rússia, Turquia, União Africana e União Europeia. O único país-membro a não apoiar o texto foi a Argentina.

Também participaram das negociações os países-convidados para a Cúpula: Angola, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura. O Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério das Mulheres convidou ainda Chile e Bangladesh.

Por fim, os organismos internacionais que participaram dos debates e decisões são: Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS).

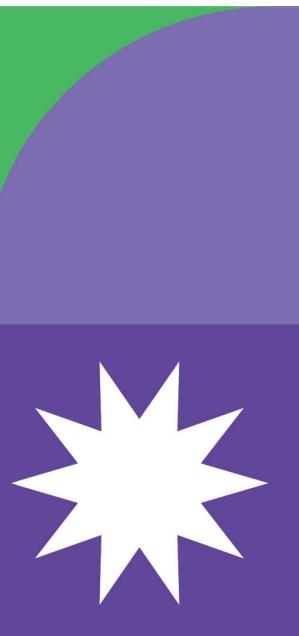
Além dos documentos internacionais que embasaram a Declaração da Presidência Brasileira sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, foram realizadas três pesquisas: uma sobre autonomia econômica e sistemas de cuidado em parceria com OIT; uma sobre combate à misoginia e à violência baseada em gênero com Unesco; e outra sobre ações climáticas responsivas ao gênero com a ONU Mulheres.

Também foi realizado nos dias 9 e 10 de julho de 2024 o Seminário Internacional "Trabalho de Cuidado e a Sustentabilidade da Vida e da Economia", com a participação das delegações de países-membros, convidados e organismos internacionais.

A Declaração Presidencial também foi resultado de um amplo diálogo com 13 GTs da Trilha Sherpas, com a Trilha de Finanças e com os Grupos de Engajamento de Mulheres, Sociedade Civil, Oceanos, Startups, Think Tanks, Negócios, entre outros.

Ao final da reunião Ministerial houve um momento simbólico de receber a África do Sul que será o próximo país a presidir o G20 e que se comprometeu em dar continuidade ao trabalho iniciado no Brasil em fortalecer a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.

Crédito da Foto: Audiovisual G20



O conteúdo a seguir está organizado em cinco seções, dentre elas uma para cada agenda prioritária definida pelo GT: (1) autonomia econômica e sistemas de cuidado; (2) combate à misoginia e à violência baseada em gênero; e (3) ações climáticas responsivas ao gênero; um preâmbulo e uma seção sobre outras áreas de atuação.

Acesse a Declaração da Presidência Brasileira na íntegra (em inglês) utilizando o QRCode ao lado.



1.1 Preâmbulo

- Reconhecimento da necessidade de um enfrentamento global das barreiras específicas experimentadas pelas mulheres para a **participação plena, igualitária e significativa na economia e nas funções de tomada de decisão e liderança**.
- Ratificação dos compromissos já assumidos pelos membros do G20 contidos na **Declaração e na Plataforma de Ação de Pequim** e nos documentos finais de suas conferências de revisão, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030**, com destaque para o

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 - "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

• Ecoando a Declaração da Reunião Ministerial de Trabalho e Emprego do G20 de 2024, o documento reafirma o forte compromisso das partes em atingir a Meta de Brisbane e de implementar o Roteiro do G20 Rumo e Além da **Meta de Brisbane**.

GLOSSÁRIO

1995. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, foi a maior e a mais importante delas, resultando na Declaração e na Plataforma de Ação que estabelecem áreas prioritárias e objetivos estratégicos para o avanço de leis e políticas públicas sensíveis a gênero nos países membros.

Em 2000, os Estados-membros realizaram a revisão global de cinco anos da implementação, reafirmando e reforçando o compromisso com sua aplicação. A próxima será no ano de 2025, quando a Conferência fará 30 anos.

2014. Meta de Brisbane

A Meta de Brisbane é um compromisso dos países-membros do G20 firmado em 2014, durante a Cúpula do G20 em Brisbane, na Austrália. O objetivo é reduzir em 25% a lacuna de participação das mulheres na força de trabalho até 2025. De acordo com o Relatório da OIT/OCDE de 2024, apenas metade dos membros do G20 atingirá essa meta.

2015. Agenda 2030

A Agenda 2030 é um plano global de ação para o desenvolvimento sustentável, estabelecido em 2015 pelos 193 estados membros da ONU e coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030.

O ODS 5, que trata da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, dá um passo importante no reconhecimento da igualdade de gênero como direito humano fundamental e no entendimento do empoderamento feminino como pilar para um mundo pacífico, próspero e sustentável.

1.2. Sobre igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica, economia e sistema de cuidados

1.2.a) Igualdade entre homens e mulheres

- Destaque para a necessidade de enfrentar a diferença salarial entre homens e mulheres por meio da implementação de esquemas de transparéncia salarial que promovam a igualdade de remuneração por trabalho igual ou trabalho de igual valor, conforme estabelecido pela **Convenção 100 da OIT**.
 - A declaração aborda o papel da educação de qualidade, inclusiva e responsável ao gênero na eliminação de barreiras, em particular relacionadas aos estereótipos, normas, atitudes e comportamentos que perpetuam as desigualdades de gênero no mercado de trabalho em geral.
 - Recomenda esforços para garantir o acesso igualitário à educação

GLOSSÁRIO

1951. Convenção 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A Convenção 100 da OIT trata da igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor. Ela foi editada em 29 de junho de 1951 e entrou em vigor em 23 de maio de 1953. O Brasil ratificou a Convenção 100 em 25 de abril de 1957.

2024. Aliança Global Contra a Fome

A Aliança Global Contra a Fome é uma iniciativa internacional proposta pelo Brasil e aprovada em julho de 2024, durante a presidência do país no G20. Essa aliança busca construir uma rede de cooperação entre países, organizações internacionais, empresas e sociedade civil para compartilhar conhecimentos, recursos e tecnologias que se mostraram eficazes no combate à insegurança alimentar e à pobreza.

2024. Aliança Global pelos Cuidados

A Aliança Global pelos Cuidados é uma iniciativa internacional que busca promover o reconhecimento e a valorização do trabalho de cuidado. Essa aliança, liderada pela ONU Mulheres, reúne governos, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e outros atores relevantes com o objetivo de transformar a forma como o trabalho de cuidado é visto e valorizado em todo o mundo. A adesão do Brasil à Aliança Global pelos Cuidados aconteceu em **fevereiro de 2024**.



e ao treinamento acessíveis, equitativos, seguros, de qualidade e inclusivos, desde a primeira infância até o ensino superior para todas as mulheres e meninas independentemente de outros fatores, como deficiências, dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais.

- Ainda no tema da educação, debate a proposição de políticas que promovam mais ingresso, permanência, avanço e liderança de mulheres em profissões e em carreiras nas quais permanecem sub-representadas, especialmente nos campos da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) e na Economia.

- Orienta os países a ampliarem os esforços para reduzir pela metade a exclusão digital de gênero até 2030.

- Sugere que os escritórios nacionais de produção de dados fortaleçam a coleta, análise, disseminação e uso de dados desagregados por sexo e estatísticas de gênero, com o objetivo de amparar políticas públicas capazes de reduzir a desigualdade de gênero.

1.2.b) Autonomia econômica

- Sobre trabalho doméstico e de cuidados não remunerado entre os gêneros, os países reconhecem os efeitos negativos desse cenário para as mulheres e meninas, que passam a dispor de pouco ou nenhum tempo para oportunidades educacionais, para o trabalho remunerado, para a participação na vida pública e política, e para oportunidades iguais de lazer e cuidados pessoais, incluindo o acesso à saúde. Assim, é reforçada a condição do cuidado como uma responsabilidade que deve ser compartilhada por pessoas de todos os setores da sociedade, indivíduos, comunidades, empresas e Estados.

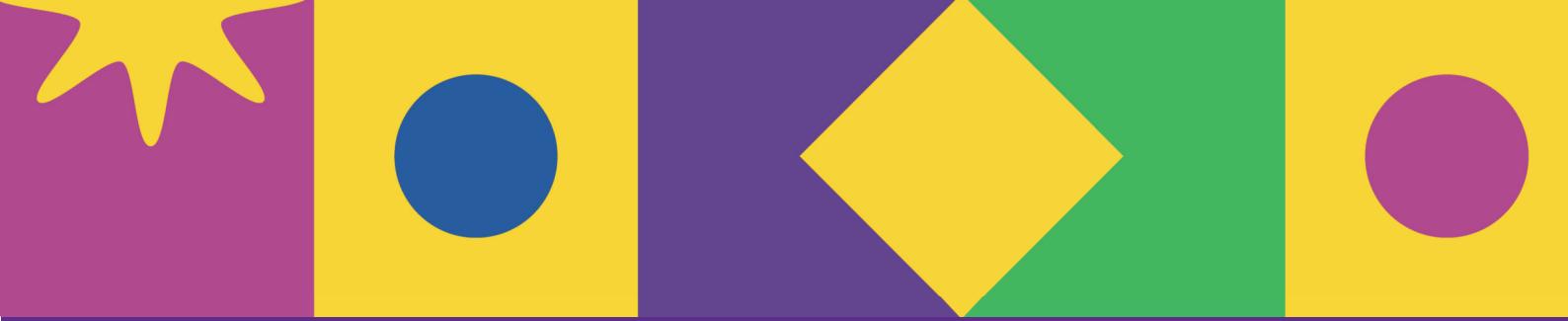
- Compromisso com a promoção de todos os tipos de medidas, iniciativas e soluções que promovam a igualdade de gênero no setor de saúde e na economia do cuidado e melhorem as condições de trabalho para todos, sob a perspectiva do trabalho decente, para sistemas de saúde e assistência social mais fortes.

- Incentivo ao avanço na coleta de dados internacionalmente comparáveis sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, bem como a coleta de dados desagregados sobre o uso do tempo que levem em conta todas as formas de discriminação.

- Por fim, propõe a continuidade do diálogo sobre o trabalho de cuidado entre os Grupos de Trabalho do G20 e convoca os países a reconhecerem o Quadro 5R da OIT para o trabalho decente de cuidados e a aderirem os esforços da **Aliança Global pelos Cuidados**.

1.3 Sobre misoginia e violência baseada em gênero:

- Denuncia a violação dos direitos fundamentais à saúde física e mental, à vida e à integridade física das mulheres e meninas que, sob tais circunstâncias, convivem também com barreiras para o acesso à educação, aos serviços de saúde, à justiça, à participação política e econômica.
- Incentivo ao avanço na coleta de dados internacionalmente comparáveis sobre o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, bem como a coleta de dados desagregados sobre o uso do tempo que levem em conta todas as formas de discriminação.
- Destaca o tema da misoginia, definida como uma “expressão usada para designar a manifestação de ódio ou aversão contra mulheres e meninas”. A misoginia pode se manifestar como violência física, psicológica, econômica e simbólica, por meio de ataques nas mídias sociais, dentre outras vias
- Relembra a proximidade do 30º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e reforça o compromisso dos países em acabar com a violência de gênero e a misoginia em todos os níveis e esferas e garantir o gozo de todos os direitos humanos para mulheres e meninas.
- Reconhece a necessidade de investimentos e promoção de políticas públicas voltadas para a prevenção e eliminação de todas as formas de violência de gênero, a fim de ampliar as oportunidades econômicas e sociais para as mulheres e construir sociedades seguras e livres de violência para todos.
- Os países se comprometem a combater a misoginia e a violência baseada em gênero na política e na vida pública, bem como contra mulheres em posições de liderança. Cabe lembrar, ainda, que a violência baseada em gênero é uma das muitas causas que excluem as mulheres da participação econômica e do mercado de trabalho formal, por isso, ressalta-se o custo social e material dessas violações, cujos efeitos adversos incidem também sobre o crescimento econômico e a prosperidade dos países e da economia global.
- Descreve formas emergentes de violência de gênero, incluindo a violência contra mulheres e meninas que ocorrem por meio do uso da tecnologia ou são amplificadas por ela. Para enfrentar a violência de gênero facilitada pela tecnologia (TFGBV), inclusive pelo uso da inteligência artificial (IA), os países sugerem um mapeamento das boas práticas de prevenção e resposta com base nas ações desenvolvidas pelos países do G20.
- Reforça o compromisso adotado no Pacto Digital Global (GDC), como parte do **Pacto para o Futuro**, de iniciar nas Nações Unidas um Diálogo Global sobre a Governança da IA, incentivando a inserção do empoderamento de mulheres e meninas e a igualdade de gênero como pautas fundamentais nesses debates.
- Compromisso em direção às legislações e políticas públicas multisectoriais orientadas para a prevenção e a eliminação da violência baseada em gênero, reconhecendo o papel ativo das mulheres na construção dessas práticas.



GLOSSÁRIO

2024. Pacto para o Futuro

O Pacto para o Futuro é um acordo internacional abrangente que foi adotado por líderes mundiais na Cúpula do Futuro da ONU em setembro de 2024, oferece um arcabouço global para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres ao reafirmar os ODS da Agenda 2030 e enfatizar a inclusão e a diversidade para criar um mundo mais justo e equitativo para todas as pessoas.

- Compromisso com a integração de toda a sociedade na educação e na conscientização pública sobre a igualdade de gênero, incluindo no ensino e nos currículos escolares e por meio de campanhas na mídia que desafiem os estereótipos de gênero e ajudem a superar preconceitos.
- Destaque para a promoção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos reprodutivos de todas as mulheres e meninas entendidos como imprescindíveis para a prevenção de futuras vitimizações ou revitimizações.

1.4. Sobre gênero e ação climática:

- Reconhece que os impactos das mudanças climáticas atingem desproporcionalmente mulheres e meninas, principalmente aquelas que sofrem formas múltiplas e interseccionais de discriminação. Ressalta que as mulheres costumam estar sub-representadas nos fóruns de tomada de decisão relacionados ao tema e que, ainda assim, elas cumprem papéis fundamentais na produção de respostas e soluções para adaptação e mitigação das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, bem como na redução dos riscos de desastres, assumindo muitas vezes a vanguarda dessas soluções em suas comunidades.
- Destaque para a necessidade da participação e a liderança plena, significativa e igualitária de todas as mulheres e meninas na ação climática, reconhecendo seu papel fundamental na construção de sociedades saudáveis, sustentáveis e resistentes ao clima para todas as pessoas.
- Reforça o papel crucial da educação e da capacitação de mulheres e meninas para o avanço do acesso igualitário a oportunidades de pesquisa públicas e privadas, inclusive a inovações para cadeias de valor agrícolas.
- Afirma-se a necessidade de ações climáticas responsivas ao gênero, incluindo o fortalecimento da base de evidências e o uso de dados desagregados por sexo para análise de gênero, a fim de informar políticas, planos,



estratégias e ações climáticas e realizar avaliações de impacto de gênero visando o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

1.5. Sobre outras áreas de atuação:

- Reconhecem mulheres como agentes de paz e que suas participações em todos os níveis de tomada de decisão, incluindo na prevenção e resolução de conflitos, são chave para a construção de sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas na igualdade de gênero.
- Manifestam o compromisso com a manutenção do diálogo com outros Grupos de Trabalho, incluindo a Trilhas de Finanças e os Grupos de Engajamento do G20, como um importante caminho para avançar a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável. Há, ainda, uma convocação para que outros GTs incluam em seus domínios e documentos finais os avanços de cada área ligados às questões relativas à equidade de gênero.
- Os países ainda se comprometem a ampliar o diálogo com a sociedade civil incluindo as organizações de direitos das mulheres, organizações lideradas por mulheres e organizações feministas.

2. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES, AUTONOMIA ECONÔMICA, ECONOMIA E SISTEMA DE CUIDADOS

O Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres (EWWG, em inglês), atuou em 2024 de forma transversal, em contínuas reuniões e encontros com representantes dos demais Grupos de Trabalho e de Engajamento em busca de garantir que os interesses das mulheres pudessem estar presentes no maior número de documentos possível.

O resultado é que os direitos de mulheres e/ou meninas foram citados diversas vezes em 13 GTs, três Forças-Tarefa ou Iniciativas de ambas as Trilhas: Sherpas e Finanças. E nos documentos finais de cinco Grupos de Engajamento.

No que se refere à igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica, economia e sistemas de cuidado, os documentos se aprofundam em temas como a reforma da governança global para inclusão de mais mulheres nos espaços de decisão da macroeconomia; no acesso ao mercado de trabalho remunerado em iguais condições e com transparência salarial; na autonomia econômica e acesso ao direito à terra de mulheres rurais, de comunidades tradicionais ou locais; no enfrentamento à pobreza que atinge, principalmente, mulheres e seus filhos; com sistemas de cuidado em que o trabalho não remunerado de cuidar da casa e das crianças ou demais pessoas vulneráveis seja compartilhado por todos os entes da sociedade; e a inclusão de mulheres nas carreiras onde ainda são subrepresentadas, como STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática -, Economia, Comércio Exterior, entre outros.

Crédito da Foto: Audiovisual G20



Na **Trilha de Finanças** do G20, por exemplo, o documento final após a 4a reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20 cita a autonomia econômica de mulheres no tópico final que faz referência à celebração dos 25 anos desta Trilha. Ele diz o seguinte:

"Reconhecemos a importância transversal da igualdade de gênero na construção de um mundo justo e sustentável. Em consonância com o ODS 5 e os compromissos estabelecidos em tratados internacionais, convenções e de-

*clarificações adoptadas pelos países do G20, incluindo a Declaração de Pequim de 1995, reafirmamos a nossa responsabilidade de promover a capacitação econômica das **mulheres**".*

Além disso, em setembro de 2024, a Trilha de Finanças realizou, pela primeira vez, um evento em parceria com o Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres que resultou na publicação de um Relatório que apresenta 12 áreas de atuação futura para que a Trilha de Finanças contribua com o empoderamento de mulheres e meninas. São elas:

1. Reforçar a colaboração entre as Trilhas do G20, a fim de garantir que as considerações de **gênero** sejam plenamente integradas nos debates sobre finanças mundiais.

Crédito da Foto: Audiovisual G20



2. Reforçar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza em consonância com a luta pela igualdade de **gênero**: Promover a colaboração internacional para combater a fome e a pobreza, reconhecendo o seu impacto desproporcional sobre **mulheres**.

3. Igualdade de remuneração para o crescimento e a prosperidade: Aplicar medidas para eliminar as disparidades salariais entre homens e **mulheres**, garantindo um crescimento inclusivo do mercado de trabalho e promovendo a plena participação das **mulheres** na prosperidade econômica.

4. Acesso a serviços de cuidado: Dar prioridade ao investimento em serviços de cuidado como pilar fundamental da igualdade de **gênero** e do empoderamento econômico das **mulheres**.

5. Orçamentos públicos sensíveis às questões de **gênero**: Promover políticas públicas que incorporem as perspectivas de **gênero** nos processos orçamentários nacionais, a fim de garantir uma distribuição equitativa dos recursos.

6. Inclusão financeira das **mulheres**: Melhorar o acesso das **mulheres** aos serviços financeiros, como conta bancária, educação financeira e acesso à crédito.



7. Apoio às empresas lideradas por **mulheres**: Aumentar o acesso ao crédito, às infraestruturas e aos serviços de apoio às pequenas e médias empresas (PME) lideradas por **mulheres**, incentivando o espírito empresarial e a inovação.

8. Liderança das **mulheres** nas instituições financeiras internacionais: Promover uma maior representação das **mulheres** em cargos de liderança nos conselhos de administração e na direção das instituições financeiras internacionais.

9. Perspectivas de **gênero** nos planos de transição justa: Assegurar que as estratégias relacionadas ao clima, tais como a atenuação e a adaptação, incorporem a perspectiva de gênero para abordar as vulnerabilidades e oportunidades únicas das mulheres, reconhecendo que as **mulheres** são desproporcionalmente mais afetadas por catástrofes relacionadas com o clima.

10. Planejamento de infraestrutura sensíveis ao **gênero**: Incorporar perspectivas de **gênero** em todo o processo de desenvolvimento de infraestrutura, garantindo os benefícios e o acesso equitativo para **mulheres** nos projetos de infraestrutura.

11. Reforma fiscal com uma perspectiva de **gênero**: Promover reformas fiscais que abordem as disparidades de **gênero** e promovam a equidade nas políticas fiscais.

12. Soluções para a dívida com uma abordagem de **gênero**: Defender negociações sobre a dívida que tenham em conta os impactos de **gênero** e visem atenuar os efeitos desproporcionados das crises financeiras sobre as **mulheres**.

Já na **Trilha de Sherpas**, ao menos 13 grupos citaram gênero, mulheres e meninas. O GT de Trabalho e Emprego, por exemplo, é um dos mais antigos da Trilha de Sherpas e tem como prioridade o desenvolvimento de ações para criar empregos de qualidade e promover o trabalho decente visando garantir a inclusão social e eliminar a pobreza.

Durante a presidência brasileira, o GT de Trabalho e Emprego publicou uma Declaração Ministerial que utiliza o termo gênero ou que cita mulheres diversas vezes. Especificamente sobre igualdade entre homens e mulheres, autonomia econômica e economia do cuidado, o documento diz que os países apoiam "a agenda da OIT para o Trabalho Digno".

- Isso engloba, nomeadamente, "a criação de empregos, remunerações e salários justos, o respeito pelos direitos laborais, condições de trabalho seguras e saudáveis, proteção social e diálogo social, tendo a **igualdade de gênero** e a não discriminação como questões transversais".

- Na seção 3, que trata sobre "a igualdade entre homens e mulheres e a promoção da diversidade no mundo do trabalho", os países reconhecem "os desafios que as mulheres e meninas enfrentam, incluindo as dificuldades desproporcionais da pobreza, os impactos das mudanças climáticas e as emer-

gências de saúde. Estes desafios são exacerbados por barreiras estruturais generalizadas, como a discriminação e os estereótipos de gênero; o acesso limitado à educação, à formação de qualidade, a empregos de qualidade e ao trabalho digno; a segregação profissional; a participação desproporcional nos cuidados não remunerados e no trabalho doméstico; a falta de políticas e de serviços de cuidado adequados, em especial os de acolhimento de crianças; e as disparidades salariais entre homens e mulheres”.

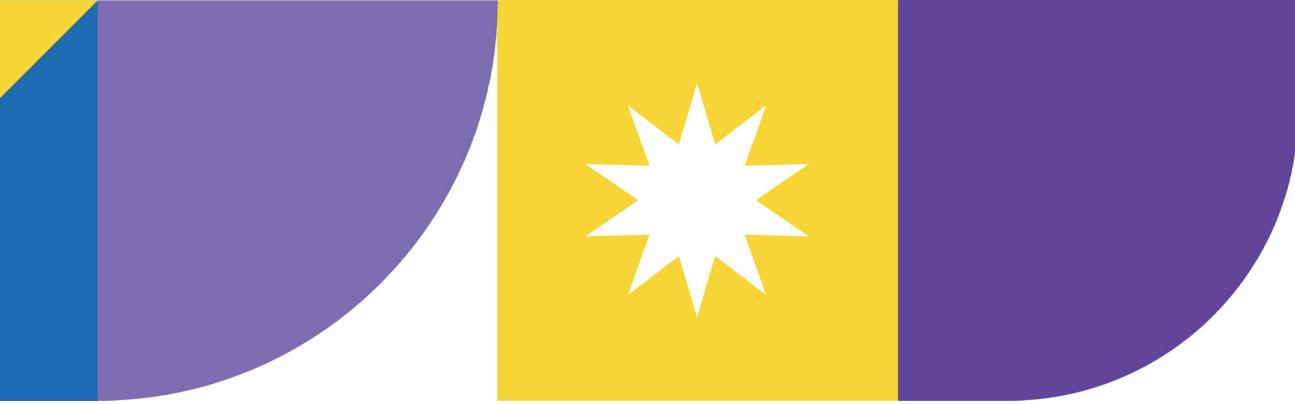
• Para combater as desigualdades, os países reconhecem que estão “empenhados em desenvolver e implementar políticas abrangentes, que eliminem normas sociais e culturais discriminatórias, bem como obstáculos jurídicos, a fim de garantir a participação equitativa, plena e significativa das mulheres”. Afirmam também que irão promover “programas e políticas, tais como regimes de transparência salarial, que apoiem a igualdade de remuneração por trabalho igual, ou por trabalho de igual valor, em conformidade com a Convenção 100 da OIT, e que ajudem a combater as disparidades salariais entre homens e mulheres”.

• O documento apela para que os países façam parte da Coligação Internacional para a Igualdade de Remuneração (EPIC) e incentiva também pela “colaboração intersetorial para reduzir a segregação profissional baseada em gênero e para promover oportunidades de emprego justas e iguais para todos”.

• Os países afirmam que irão aumentar “o acesso à educação de qualidade, à formação e à aprendizagem ao longo da vida para todas as mulheres e meninas, incluindo o ensino e a formação técnica e profissional, em especial em áreas de estudo sub-representadas e com elevada procura, tais como a ciência, a tecnologia, a engenharia e a matemática”.



• Os países reafirmaram o compromisso em atingir a meta de Brisbane, estabelecida em 2014. “Espera-se que esta meta traga 100 milhões de mulheres para o mercado de trabalho, o que é essencial para melhorar a qualidade dos empregos e as perspectivas de carreira de todas as mulheres e meninas a nível mundial”.



• Também dizem que continuam empenhados “na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com especial destaque para o ODS 5, relativo à **igualdade de gênero** e ao **empoderamento de todas as mulheres e meninas**, e para o ODS 8, relativo ao trabalho digno e ao crescimento econômico”. Os países reafirmam o esforço em “acelerar os progressos para a igualdade de gênero e em incentivar o desenvolvimento liderado pelas mulheres, tal qual enunciado na Declaração dos Líderes do G20 de Nova Deli em 2023”. Em razão disso, irão promover “a integração do princípio do tratamento justo e equitativo em todas as fases da elaboração de políticas em matéria de emprego e profissão e tomamos medidas eficazes para eliminar todas as formas de discriminação, garantindo que as políticas de emprego sejam inclusivas, equitativas e reflitam abordagens sensíveis a gênero, particularmente para as mulheres e meninas em situações vulneráveis”. Por fim, também irão considerar “indicadores desagregados por gênero na elaboração de políticas, promovendo um ambiente global de responsabilidade e de progresso, já que todos os membros do G20 devem combater a discriminação, sob todas as formas, sem distinção”.

• O documento reconhece a “sub-representação das mulheres em cargos de liderança e de tomada de decisão em muitos setores” e afirma que os países se comprometem “a adotar políticas que promovam processos transparentes e equitativos de progressão na carreira e que incentivem o desenvolvimento liderado por mulheres, para manter e promover as mulheres na força de trabalho”.

• Reconhece também que “as políticas devem promover medidas para evitar a discriminação estrutural e sistemática contra as mulheres ao longo das suas carreiras, abordando os preconceitos de gênero no mundo do trabalho, em todas as fases de recrutamento, contratação e em todas as formas de trabalho”. Os países irão implementar “programas de mentoria e patrocínio, concebidos para promover a liderança das mulheres, tanto no setor público quanto no privado”. Também se comprometem em promover “o empreendedorismo das mulheres, inclusive na economia digital, eliminando barreiras ao acesso a serviços digitais, a serviços financeiros, ao capital de risco e a outros recursos”.

• Sobre economia do cuidado, os países reconhecem a importância de garantir o acesso “a estruturas de cuidado à criança, de qualidade e a preços acessíveis, como uma contribuição à igualdade de gênero”. Segundo o documento, “a distribuição desigual das responsabilidades de prestação de cuidados tem um impacto significativo na participação das mulheres no mercado de trabalho, nos seus salários e na sua capacidade de se beneficiar das oportunidades de trabalho digno e de progredir na carreira. Incentiva-



mos a divisão equitativa das responsabilidades parentais e domésticas, independentemente do gênero". Os países também incentivam "políticas para o compartilhamento equitativo da licença parental e da licença para cuidados, incluindo a assistência a crianças e a idosos. Estas medidas são cruciais para promover a divisão das responsabilidades de prestação de cuidados e para alcançar uma abordagem equilibrada entre os gêneros, tanto no local de trabalho como em casa".

- Também reconhecem que "as mulheres e meninas realizam uma parte desproporcional do trabalho, remunerado e não remunerado, na economia do cuidado". Neste contexto, o documento informa que os países vão combater "as desigualdades de gênero na prestação de cuidados, a fim de assegurar uma participação igual, plena e significativa das mulheres em nossas economias, bem como para alcançar a igualdade entre os sexos"

- Comprometem-se a garantir "o acesso das mulheres a benefícios abrangentes de proteção social, incluindo seguro-desemprego, licenças por doença remuneradas e aposentadorias, em conformidade com as normas internacionais do trabalho relevantes, em particular a Recomendação sobre Pisos de Proteção Social, 2012 (n.o 202)".

- Reiteram o compromisso de "respeitar, promover e realizar os princípios e direitos fundamentais no trabalho e o acesso à proteção social adequada. À medida que a IA e outras tecnologias continuam a evoluir, torna-se necessário reduzir as lacunas digitais, incluindo a desigualdade digital entre homens e mulheres, priorizando a inclusão de pessoas em situações vulneráveis no mercado de trabalho, e garantindo a equidade, a proteção de dados, a privacidade e a segurança".

GLOSSÁRIO

Trilha de Finanças

Esta Trilha é a mais antiga do G20 e trata de assuntos macroeconômicos estratégicos. Ela é comandada pelos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos países-membros. É composta por sete grupos técnicos.

Trilha de Sherpas

Os Sherpas são uma etnia da região montanhosa do Nepal que, em linguagem tibetana, significa "povo do leste". São eles que guiam os alpinistas que almejam chegar ao topo do Monte Everest. Sem suas habilidades, seria quase impossível chegar ao cume da montanha.

No G20, os Sherpas são os líderes de cada país que encaminham as discussões e acordos até a cúpula final com chefes de Estado e de Governo. A Trilha de Sherpas reúne 15 Grupos de Trabalho, incluindo o GT de Empoderamento de Mulheres, além de duas Forças-Tarefa e uma Iniciativa.

Outro Grupo de Trabalho que preocupou-se com a autonomia econômica de mulheres foi o GT de Agricultura. Este Grupo trata de questões essenciais para a agricultura mundial, como a segurança alimentar, a agricultura sustentável, inovação tecnológica e adaptação às mudanças climáticas. Ele finalizou os debates em setembro de 2024, com uma Declaração Ministerial que cita mulheres, especialmente agricultoras familiares, de comunidades tradicionais e locais.

- No preâmbulo, o Grupo de Agricultura destaca "a importância da implementação de políticas adaptadas aos agricultores familiares, incluindo os pequenos agricultores, os povos indígenas, as mulheres e os jovens, para o desenvolvimento sustentável da agricultura e dos sistemas alimentares".

- O grupo destaca "a importância de promover o acesso ao financiamento, às tecnologias inovadoras, à formação, ao desenvolvimento de capacidades e aos serviços de extensão para as pessoas sub-representadas e em situação de vulnerabilidade, a fim de reduzir as desigualdades, especialmente para as mulheres, os jovens, os povos indígenas e as comunidades locais". E complementa que "esses avanços devem ser dimensionados de acordo com os contextos locais para proteger o meio ambiente, gerir os recursos naturais, mitigar e adaptar-se às alterações climáticas, revitalizar as zonas rurais, resolver a falta de renovação geracional, promover a autonomia econômica das mulheres rurais, aumentar o acesso aos mercados, criar empregos dignos e, assim, gerar equidade social e a transformação sustentável da agricultura e dos sistemas alimentares".

O Grupo de Trabalho de Desenvolvimento, responsável por desenvolver uma agenda com foco na redução da pobreza, publicou uma Declaração Ministerial que foi batizada de "Não deixar ninguém para trás: Declaração Ministerial de Desenvolvimento do G20 para reduzir as desigualdades". Neste documento há a citação às mulheres:

- No parágrafo 4, o documento afirma que "todas as pessoas, independentemente de gênero, idade, raça, etnia, origem, religião, localização geográfica e outros status (...)" devem ter acesso a serviços essenciais para atender às suas necessidades básicas, trabalho decente e outras oportunidades sociais e econômicas que garantam sua participação plena, igualitária, efetiva e significativa na sociedade.

- No parágrafo 9, o documento reconhece a cooperação do G20 como estratégico para acelerar o progresso dos ODS's e, em especial, o ODS 5 que trata do empoderamento de mulheres.

- Já o parágrafo 10 pontua elogiosamente a criação do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres e defende ainda o investimento na economia do cuidado e na promoção de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) pertencentes a mulheres; reafirma o compromisso de eliminar estereótipos e preconceitos de gênero; compromete-se a aprimorar a participação plena, igualitária e efetiva de mulheres como tomadoras de decisão; e reafirma a igualdade de gênero é uma questão transversal e que investir no empoderamento de todas as mulheres e meninas tem um efeito multiplicador na Agenda 2030.

Nesta seara de combate à pobreza e às desigualdades, uma grande vitória do Brasil foi a aprovação no âmbito de uma das **Forças-tarefa a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**. A presidência brasileira do G20 publicou os Documentos Fundamentais para a criação desta Aliança e que citam mulheres e meninas.



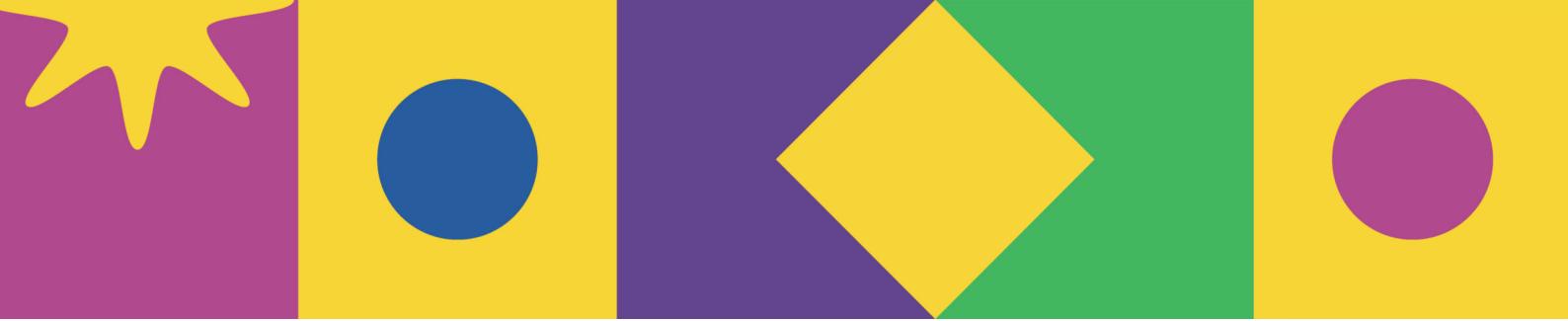
Crédito da Foto: Audiovisual G20



Crédito da Foto: Guilherme Martimon/MAPA

- No parágrafo 3, o documento afirma "profunda preocupação com o estado da insegurança alimentar e da desnutrição em todo o mundo" e apresenta dados que apontam como 733 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2023. Além disso, aponta que 26,7% das mulheres em todo o mundo enfrentavam insegurança alimentar naquele ano, em comparação com 25,4% dos homens, revelando uma "lacuna de gênero em nível global".

- No parágrafo 5, o documento reconhece que "a luta contra a fome, a pobreza, a desnutrição e as desigualdades pode ser acelerada com o progresso na realização da igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas, em conformidade com o ODS 5. Mulheres e meninas em diversas situações e condições são desproporcionalmente afetadas pela fome e desnutrição devido a vários fatores socioeconômicos, incluindo estereótipos e preconceitos de gênero, normas, atitudes e comportamentos que perpetuam a desigualdade de gênero, acesso interrompido a meios de subsistência e responsabilidades de cuidados, entre outros fatores. A divisão do trabalho na maioria das sociedades atribui a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado, como o cuidado infantil, cuidado de longo prazo, preparação de refeições, agricultura de subsistência e compra de alimentos, a mulheres e meninas. As mulheres estão ativamente engajadas em todo o setor agrícola e nos sistemas alimentares, tanto como produtoras quanto como empreen-



dedoras. A persistência da discriminação contra as mulheres no acesso à terra, financiamento, mercado de trabalho, proteção social e poder de decisão, incluindo na política, constitui barreiras fundamentais para alcançar um mundo livre de fome, desnutrição e pobreza”.

- No parágrafo 15, incentiva-se que todos os países se esforcem “para projetar, implementar e mobilizar financiamento para essas políticas” e assegurando “uma abordagem sensível ao gênero”.
- No parágrafo 6 da Seção Geral do documento, reconhece o “alto valor e impacto positivo da implementação de qualidade de instrumentos e programas de políticas nacionais e locais inclusivas, de propriedade dos países, focados nos mais pobres e vulneráveis, nos campos de redução da pobreza, proteção social, segurança alimentar e nutrição, igualdade de gênero, trabalho decente no setor agroalimentar, desenvolvimento de competências, agricultura familiar e de pequenos produtores, transformação dos sistemas alimentares, serviços de saúde e cuidados e fortalecimento da resiliência”.
- Já na seção onde são apresentados os Critérios de Inclusão, o Item D aponta que os instrumentos devem beneficiar, em especial, os subgrupos da população que são mais propensos a enfrentar desigualdades e vulnerabilidades interseccionais, incluindo mulheres e meninas.
- No Item E, o documento pontua que deve ser um critério a contribuição “para combater a discriminação contra as mulheres que leva à pobreza, fome e desnutrição, como as diferenças na prevalência de insegurança alimentar moderada ou severa entre homens e mulheres; a ausência de direitos iguais para as mulheres aos recursos econômicos”, bem como “o reconhecimento e valorização do trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, por meio da provisão de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, e a promoção da responsabilidade compartilhada no âmbito doméstico e familiar”.
- Ainda no Item E dos Critérios de Inclusão, afirma-se que as políticas da Aliança devem ser direcionadas, principalmente, para os pequenos agricultores e, entre eles, “aqueles mais propensos a serem deixados para trás (como mulheres, jovens, idosos, populações indígenas, comunidades sem acesso ao litoral ou que vivem em áreas isoladas, pastores, pescadores, habitantes das florestas)”.
- Por fim, na seção sobre os Princípios Operacionais, o documento afirma que a Aliança Global deve “garantir a devida consideração às circunstâncias específicas e às pessoas em situações de vulnerabilidade”, com atenção especial para mulheres, entre outros.

Também não dá para citar o tema da autonomia econômica de mulheres sem detalhar o documento final, *Communiqué*, do Grupo de Engajamento que compõe o **G20 Social**, W20 (Women20).

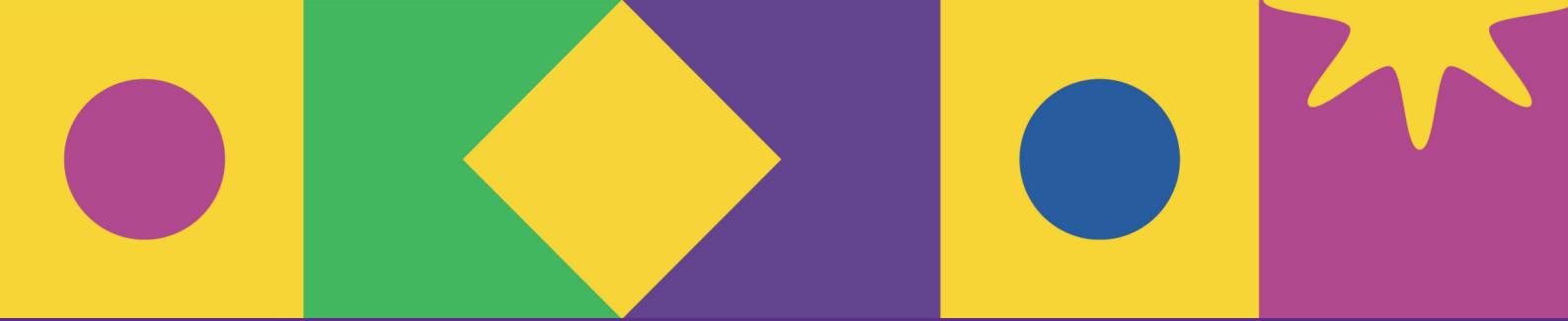
O W aqui significa “Mulheres”, em inglês. Este Grupo de Engajamento é composto por mulheres de setores da academia, do empreendedorismo e da sociedade civil. O objetivo é elaborar recomendações para políticas públicas em prol do empoderamento econômico de mulheres. Por esta razão, todo o documento diz respeito às mulheres e recomendamos a sua leitura.

***Leia a íntegra do
Comuniqué do
W20 acessando o
QRCode ao lado***



- Além de citar acordos das últimas nove declarações da Cúpula que também foram citados na Declaração da Presidência Brasileira sobre sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres do G20 - como a meta de Brisbane de 2014 (25×25) e a redução pela metade da lacuna digital de gênero até 2030, entre outros - o Comuniqué do W20 sugere a criação de um Painel de Resultados de Gênero padronizado do G20, onde pode-se medir com absoluta transparência e de forma anual o progresso dos investimentos que os membros do G20 fizeram no tema;





GLOSSÁRIO

Força-Tarefa

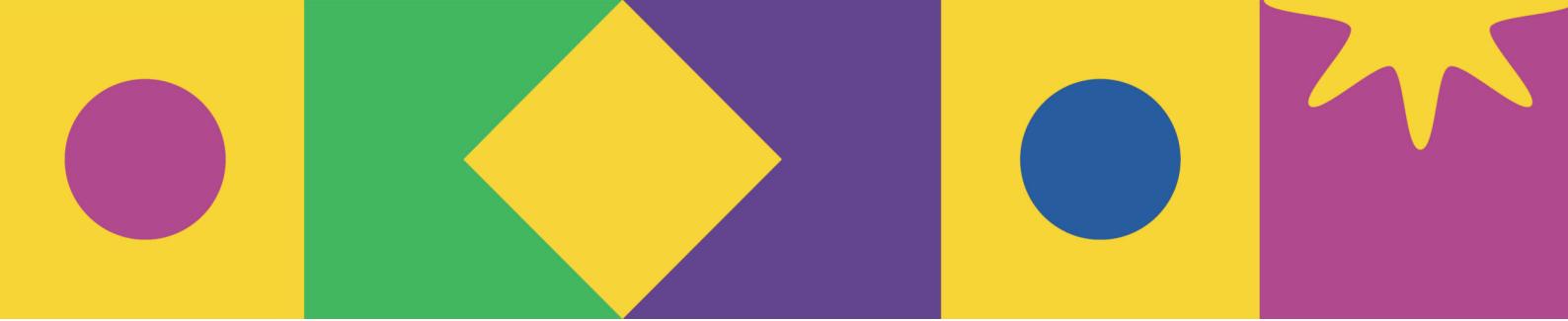
As Forças-Tarefas que atuaram em 2024 no G20 reúnem esforços tanto da Trilha de Finanças como da Trilha de Sherpas. No total, três FT's estiveram em atuação: a Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde; a Força-tarefa pela Mobilização Global contra a Mudança do Clima; e a Força-tarefa pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

G20 Social e os Grupos de Engajamento

A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é para que a sociedade civil seja ouvida no processo de construção das políticas públicas e isso vale também para a agenda internacional. Nesse sentido, o objetivo do G20 Social foi o de ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios e garantir que as colaborações da sociedade civil sejam analisadas e incorporadas à Declaração de Líderes.

Os 13 Grupos de Engajamento que fazem parte do G20 Social são: C20 (Sociedade Civil); T20 (Think Tanks); Y20 (Juventude); W20 (Mulheres); L20 (Trabalho); U20 (Cidades); B20 (Business); S20 (Ciências); Startup20 (Startups); P20 (Parlamentos); SAI20 (Tribunais de Contas); e os mais novos J20 (Cortes Supremas) e O20 (Oceanos).

- Sobre mulheres empreendedoras e acesso a financiamento, o W20 pontua que equilíbrio de gênero no empreendedorismo poderia ampliar o PIB global em 3 a 6%, o que equivale a US\$2,5 a 5 trilhões. Por isso, recomenda:
 - > Desenvolver instrumentos financeiros e políticas, leis e estruturas de apoio ao empreendedorismo que utilizem o financiamento misto, mais conhecido como "Blended Finance", para envolver bancos e instituições públicas, privadas, filantrópicas e multilaterais;
 - > Coletar e monitorar dados desagregados por sexo sobre subsídios, empréstimos, financiamento por dívida, títulos de gênero e financiamento baseado em capital;
 - > Aumentar o acesso das mulheres aos mercados domésticos e internacionais por meio de compras públicas (Compras Públicas com Responsividade de Gênero, GRPP) e compras corporativas;
 - > Facilitar o envolvimento das mulheres em mercados externos por meio de feiras comerciais e intervenções direcionadas;
 - > Garantir incentivos fiscais para investidores para apoiar mulheres empreendedoras, incluindo deduções fiscais, créditos, isenções de imposto sobre ganhos de capital e contribuições do governo.



- Outra prioridade do W20 é o investimento em Sistemas de Cuidado. Para este Grupo de Engajamento, trata-se de um investimento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento da Agenda 2030 números 3, 5, 8 e 10. Dentre as recomendações sobre este tema, estão:

- > Redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado por meio da "implementação de políticas governamentais que integrem educação, saúde e serviços sociais para apoiar os cuidadores e oferecer um cuidado inclusivo, de alta qualidade e acessível a todos, com foco em crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros dependentes";
- > "Recompensar o trabalho de cuidado remunerado e proporcionar maior dignidade aos prestadores por meio de ações e políticas que promovam práticas justas de emprego, trabalho decente e proteção social";
- > Aumentar os investimentos públicos críticos e sustentáveis em serviços de cuidado e infraestrutura abrangentes, trabalhar em prol de sistemas de cuidado acessíveis e apoiar modelos de financiamento público-privado e soluções tecnológicas inovadoras.

- O W20 também sugere esquemas obrigatórios de licença parental remunerada que garantam que todos os países cumpram um mínimo de 14 semanas de licença maternidade (padrão utilizado na Convenção 183 da OIT), contribuindo para o crescimento econômico a longo prazo; e 4 semanas (incluindo direitos intransferíveis) para um segundo cuidador, promovendo a responsabilidade compartilhada e um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal; para os países que atendem e excedem o padrão mínimo, manter o benefício atual.

Cabe ressaltar que outro Grupo de Engajamento também abordou longamente a necessidade da socialização do trabalho de cuidado, o T20. O T do T20 refere-se às "think tanks", termo para referir-se aos centros de investigação dos países membros do G20 e de organismos convidados. No Brasil, uma das think tanks que coordenam os debates do Grupo é o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Communiqué deste Grupo cita mulheres:

- No tópico de recomendações específicas sobre Combate às Desigualdades, Pobreza e Fome, o T20 pontua o "enfrentamento à discriminação e as desigualdades de gênero e repensar a economia de cuidados" como uma questão crítica que contribuirá para o progresso e para a realização das ODS da Agenda 2030. Para o T20, o trabalho de cuidado deve ser "socializado" através do reforço dos serviços e das políticas públicas.

- O T20 também sugere a criação de "uma iniciativa global sobre a produção de dados que permita a qualificação e a quantificação das desigualdades sistêmicas". Esse esforço "deve considerar diferentes perspectivas sobre a desigualdade e ter em conta elementos de gênero, raça e etnia".

O Grupo de Trabalho de Saúde também abordou cuidados, mas pela perspectiva do trabalho remunerado de cuidado. No Brasil ele foi coordenado em 2024 pelo Ministério da Saúde e concluiu as discussões no final de outubro com uma Declaração Ministerial que reconhece demandas de mulheres. O documento reconhece a necessidade de proporcionar os meios para o "apoio adequado aos profissionais de saúde com elevada exposição ao stress".

Crédito da Foto: Audiovisual G20



- Também reconhece "a necessidade urgente de combater as desigualdades no setor da saúde, salientando o papel fundamental das mulheres enquanto profissionais de saúde e no âmbito da economia dos cuidados". Segundo o documento, mulheres representam 70% dos profissionais de saúde a nível mundial, mas ocupam apenas 25% dos cargos de liderança.

Elas também sofrem com uma desigualdade salarial de até 24 pontos percentuais em comparação com os homens que trabalham no setor. Para mudar essa realidade, os membros apontam a necessidade de leis trabalhistas que utilizem "uma abordagem inclusiva e baseada no gênero para reforçar os direitos dos trabalhadores da saúde, com base no respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, tais como a negociação coletiva, a igualdade salarial, as proteções sociais e as condições de trabalho seguras, incluindo a prevenção da violência, da discriminação, do assédio e a sua monitorização".

Outra prioridade do W20 (Mulheres20, em inglês) que se relaciona com a autonomia econômica de mulheres trata da inserção delas em carreiras STEM - ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Segundo o W20, em referência à UNESCO, 'apenas 35% das matrículas globais no ensino superior em STEM são de mulheres'. Por esse motivo, o Grupo recomenda desen-

volver tecnologias de IA – inteligência artificial - equitativas em termos de gênero por meio de financiamento à pesquisa e colaboração; alocar bolsas de estudo e financiamentos, especialmente para aquelas em circunstâncias desfavorecidas, a fim de que possam seguir a educação em todos os níveis em STEM; criar oportunidades de emprego (incluindo retorno ao trabalho); e desenvolver estratégias de recrutamento, retenção e progressão na carreira para promover mulheres líderes em STEM.



Crédito das Fotos: Audiovisual G20

A inserção de mulheres em carreiras STEM também foi sugerida pelo Grupo de Engajamento das Juventudes (Y20). Este GE possibilita o diálogo entre futuros líderes dos países do G20 para que eles contribuam para a formulação de políticas públicas. O Communiqué deste Grupo cita mulheres e conta com um tópico específico sobre Inclusão e Diversidade onde estão inseridas a maioria das recomendações, entre elas a criação de um "fundo permanente para financiar associações nacionais e internacionais que promovam a educação das meninas em disciplinas STEM, incentivar iniciativas que lutem contra os estereótipos e estabelecer mecanismos que facilitem o acesso a créditos bancários através de subvenções governamentais para reduzir os obstáculos para as mulheres empresárias em STEM".

Outras carreiras específicas foram tema destacado para mulheres em outros Grupos de Trabalho da Trilha de Sherpas como o de Pesquisa e Inovação, Turismo e Comércio e Investimentos.

O GT de Pesquisa e Inovação é uma novidade da presidência brasileira

ra e foi criado em 2024 tendo encerrado os debates em setembro deste ano. Ele se propõe a avançar no acesso e na transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Como resultado, os países publicaram uma Declaração Ministerial e uma série de Recomendações do G20 sobre Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade em Ciência, Tecnologia e Inovação. Neste sentido, o uso do termo gênero e citações às mulheres dizem:

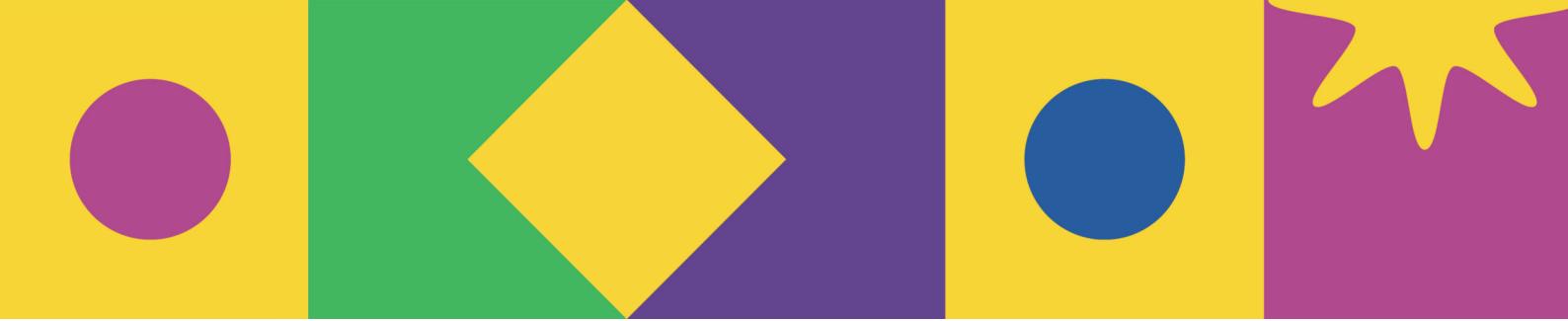
Crédito da Foto: Audiovisual G20



• O documento afirma que “diversidade, equidade, inclusão, acessibilidade e sustentabilidade devem estar no centro das iniciativas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e devem abranger aspectos econômicos, sociais, ambientais, de gênero e de raça/etnia, além da inclusão de grupos vulneráveis e desatendidos, Povos Indígenas e comunidades locais, especialmente na conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, no desenvolvimento sustentável e nas ações climáticas”.

• No âmbito das recomendações, o documento pontua que deve-se “avançar em diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)” e que isso “significa trabalhar para garantir que, sem qualquer forma de discriminação, todas as pessoas tenham oportunidades iguais de educação e treinamento necessários para se qualificarem para carreiras de pesquisa e desenvolvimento”. Isso também significa “fechar a lacuna de gênero na ciência”.

O GT de Turismo visa a promoção do desenvolvimento sustentável no setor, com foco na cooperação internacional e no fortalecimento das insti-



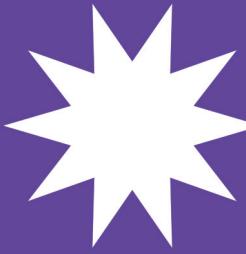
tuições multilaterais. As discussões do Grupo durante a presidência brasileira foram finalizadas em setembro deste ano com uma citação às mulheres na Declaração Ministerial em que os países reconhecem "a necessidade de oportunidades de formação inclusivas, garantindo que jovens, mulheres, pessoas em situações de vulnerabilidade, comunidades locais e Povos Indígenas, conforme apropriado, tenham acesso ao desenvolvimento profissional no setor de turismo".

O GT de Comércio e Investimentos, por sua vez, tem como objetivo promover o crescimento do comércio global e a cooperação entre as políticas de investimento, apoiando negociações multilaterais e cadeias de valor globais inclusivas. Ele finalizou as discussões em outubro de 2024 e aprovou uma série de princípios que devem orientar os países na implementação de políticas que alinhem o comércio internacional com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Há um parágrafo inteiro que trata exclusivamente sobre inserção de mulheres no comércio exterior e esta foi a primeira vez que o Grupo incluiu a participação de mulheres como uma prioridade.

- "Saudamos os esforços mencionados para aumentar a participação das mulheres no comércio internacional. Também reconhecemos o papel que os dados desagregados podem desempenhar na formulação, implementação, revisão e modificação de políticas comerciais voltadas para superar os obstáculos enfrentados pelas mulheres no comércio internacional. Da mesma forma, reconhecemos que mecanismos de monitoramento eficientes e voluntários podem ser fundamentais para a implementação eficaz de políticas comerciais inclusivas para as mulheres. Embora reconheçamos as diferentes abordagens que os membros do G20 possam ter, ressaltamos o valor da cooperação internacional nesta área e permanecemos comprometidos em promover a participação das mulheres no comércio internacional em todos os níveis e setores, buscando garantir que os benefícios do comércio global sejam compartilhados de forma mais equitativa".

Além disso, este GT produziu um documento compêndio que trata exclusivamente sobre boas práticas para inserção de mulheres no comércio exterior. O documento tem 86 páginas e traz um panorama das políticas públicas sobre este tema em 31 países, incluindo o Brasil.

A inserção de mulheres no Comércio Exterior também foi uma bandeira levantada pelo documento final do B20, Grupo de Engajamento de Negócios que envolve cerca de 1200 representantes empresariais e conecta a comunidade empresarial aos governos do G20. O Comunicado final deste Grupo foi entregue em mãos para o presidente Lula em agosto de 2024. Com mais de cem páginas, cita mulheres e o debate de gênero em dezenas de ocasiões.



Na seção específica do “Conselho de Ação de Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios” do B20, o documento responde à pergunta “Por que mulheres, diversidade e inclusão em negócios são importantes?” com a sugestão de três recomendações de políticas para o G20: Aumentar a participação de grupos sub-representados, incluindo mulheres; viabilizar um ambiente de trabalho equitativo; e promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho.

- O B20 enfatiza a “promoção da digitalização dos processos comerciais, para melhorar a eficiência, a transparência e o fornecimento de soluções de financiamento comercial, especialmente para os países menos desenvolvidos, as micro e pequenas empresas e as mulheres empreendedoras”.

- Sugere “a promoção de um local de trabalho inclusivo” que “incluir aumentar a representação de mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão e expandir as políticas de licença paternidade e para cuidadores”.

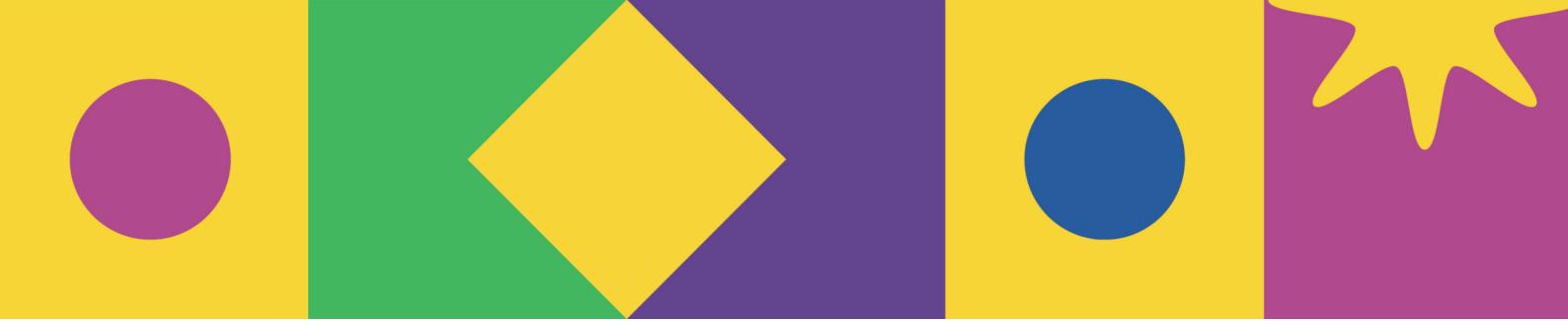
- Como recomendação para tornar mais eficientes o Comércio e o Investimento, o B20 sugere “estabelecer melhores condições para desbloquear fundos para financiar o comércio, especialmente para os países menos desenvolvidos (PMDs), MPMEs e mulheres”.

- Nesse sentido, uma Política de Ação defendida é a de “aumentar o acesso ao financiamento ao comércio internacional e ao crédito à exportação, por meio da facilitação da digitalização do comércio e do financiamento do comércio, incluindo o estabelecimento de uma estrutura regulatória facilitadora para o financiamento do comércio, e por meio do fortalecimento dos programas governamentais de crédito à exportação, para apoiar o acesso dos PMDs, MPMEs e mulheres ao comércio internacional”.

- Também sugere “melhorar as condições de trabalho para grupos sub-representados (com base em seu gênero, idade, status de minoria, entre outros), trabalhadores informais e migrantes”.

- Outra Política de Ação sugerida pelo B20, é “atuar sobre os desafios estruturais das mulheres – direitos iguais e fundamentais, economia do cuidado, licenças para assistência à família e disparidade nos serviços de saúde – dedicando especial atenção à interseccionalidade”.

- O B20 também se compromete através da iniciativa SheLeads em “aumentar a representação das mulheres tanto na liderança quanto no quadro de membros do B20 para reduzir a desigualdade de gênero”; “aumentar a



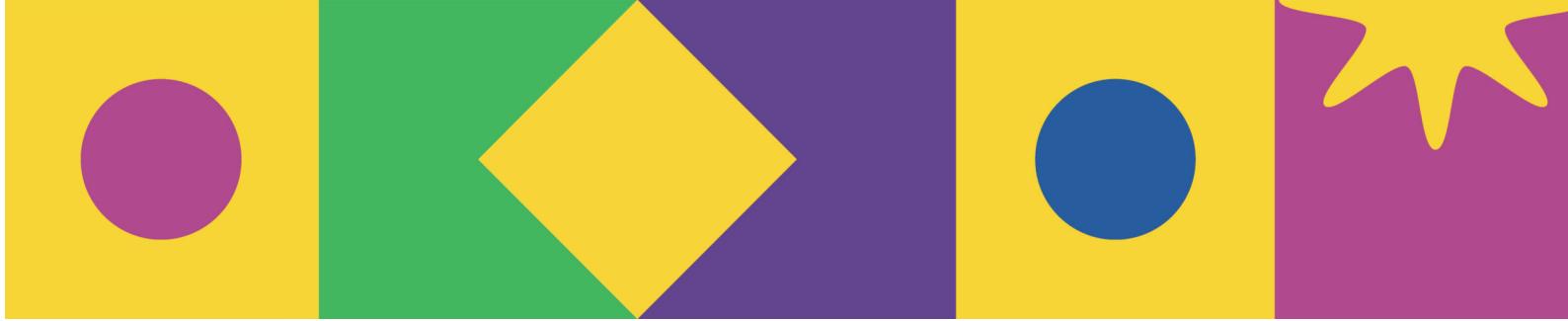
proporção de mulheres nas Forças-tarefas em pelo menos 2 pontos percentuais na liderança e 1 ponto percentual no quadro de membros a cada ano, alcançando 50% de representação das mulheres em ambos os grupos até 2023. Para a África do Sul, isso significa um mínimo de 41% de mulheres na liderança e 45% entre os membros das Forças-tarefas" e "trabalhar com os futuros ciclos do B20 para aumentar ainda mais a participação das mulheres".

- O B20 também se compromete através da iniciativa Woman in Trade em colaborar com o G20 "para a produção de conhecimento e a defesa de uma política comercial inclusiva para aumentar a participação das mulheres no comércio internacional"; "promover a implementação de políticas comerciais para aumentar a participação das mulheres no comércio global, integrando a agenda das mulheres à estrutura de Comércio e Investimentos do G20"; e a trabalhar "com o Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20 para ajudar a desenvolver políticas comerciais que eliminem a desigualdade de gênero".

O T20, de Think Tanks, também abordou este tema de mulheres no comércio exterior e orientou a criação de uma plataforma de consulta no G20 para promover o diálogo interativo entre as mulheres do setor e as mulheres responsáveis pela elaboração de políticas. "Esta ação deve normalizar definições e metodologias, tendo simultaneamente em conta fatores de intersecção como a raça e a classe e as novas questões da agenda da sustentabilidade".

3. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE MISOGINIA E VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

O Grupo de Engajamento de Mulheres, o W20, foi aquele que mais abordou o tema do enfrentamento à violência contra mulheres, colocando como um dos cinco tópicos prioritários do seu Communiqué. Segundo o W20, há um custo econômico para violência contra mulheres e meninas que está estimado em até 3,7% do PIB global, o que inclui despesas relacionadas à saúde, processos judiciais e perda de produtividade devido à capacidade prejudicada dos sobreviventes de trabalhar. Para combater a violência, o W20 sugere:



- “Desenvolver, revisar e aplicar políticas, legislação, regulamentos e estruturas de apoio para proteger mulheres e meninas e prevenir a impunidade e a vitimização secundária em casos de feminicídios e violência de gênero em todas as formas”;

- Investir em políticas e programas educacionais baseados em evidências e transformadores de gênero, começando na primeira infância, que mudem normas de gênero prejudiciais, normas sociais e estereótipos prejudiciais;
- Manter e aumentar o financiamento contínuo e bem coordenado para prevenção, proteção, intervenção precoce e serviços de resposta;
- Assegurar a coleta, análise e disseminação de dados nacionais oficiais.

Outro Grupo de Engajamento que abordou a violência foi o de Juventudes (Y20) na Seção do Communiqué que trata sobre Diversidade e Inclusão. O Y20 defende o combate a “todas as formas de violência (física, sexual, verbal, emocional, cibernética), como definido pelo ODS 5, particularmente para meninas, mulheres e pessoas em situações vulneráveis, através do desenvolvimento de programas que garantam espaços virtuais, públicos e privados seguros”.

Também sugerem a promoção de “campanhas de sensibilização para combater a discriminação sistémica e superar a desigualdade”.

O B20, GE que trata de Negócios, citou o risco de aumento de violência contra mulheres e meninas em contextos de deslocamento em razão de mudanças climáticas, o que associa o enfrentamento à violência de gênero com o próximo tópico dentre as prioridades do Grupo de Empoderamento de Mulheres que é a ação climática.

Isto também ocorreu em documento Anexo do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento da Trilha de Sherpas, “Chamado à Ação do G20 sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene” onde mulheres são citadas. Neste documento os países reconhecem que o acesso universal à Água, Saneamento e Higiene (WASH) ajudará o mundo a alcançar a ODS 5, uma vez que “mulheres e meninas são frequentemente responsabilizadas pela coleta e fornecimento de água, o que pode ser um trabalho demorado, colocando-as em risco de ferimentos, ameaças e atos de violência e assédio, incluindo violência de gênero”.

O Grupo de Trabalho e Emprego da Trilha de Sherpas consensuou uma Declaração Ministerial em que os países se comprometem em combater to-

das as formas de violência e assédio no trabalho, "em conformidade com a Convenção C190 da OIT, e a promover a igualdade de oportunidades e de tratamento, bem como a eliminar todas as formas de discriminação, de acordo com a Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho, promovendo mecanismos sólidos para a comunicação e para a resolução de queixas relacionadas a discriminação e a violência, incluindo as baseadas em gênero".

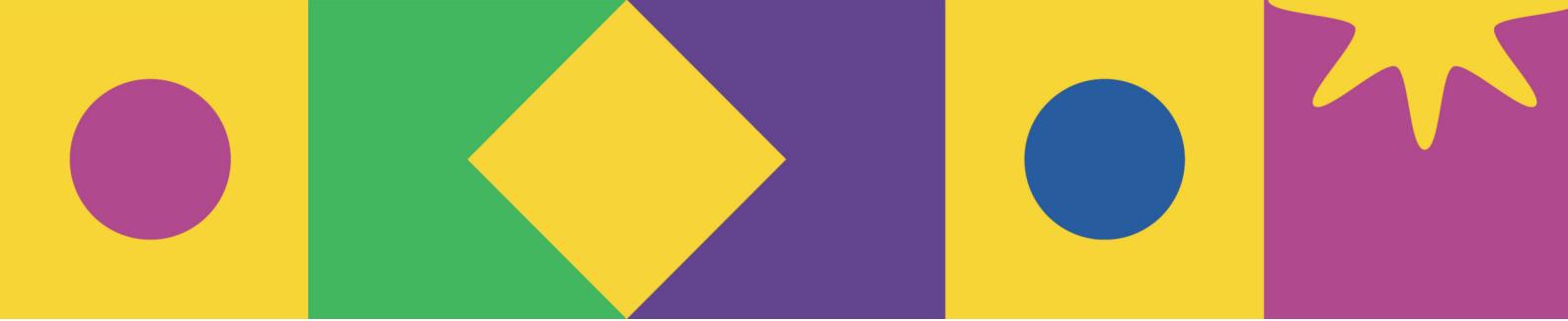
Por fim, afirma que "locais de trabalho seguros e livres de todas as formas de violência e assédio melhorarão a participação das mulheres na força de trabalho e a sua capacitação econômica, além de promover o crescimento sustentável e inclusivo em todas as economias".

Um tema relevante da Declaração da Presidência Brasileira fruto dos debates do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres é a violência de gênero facilitada pelas tecnologias ou misoginia online. Algo similar surgiu na Declaração Ministerial do Grupo de Trabalho de Economia Digital que trata de temas relacionados à conectividade, ao governo digital, à integridade da informação e à inteligência artificial.

O último encontro do GT de Economia Digital ocorreu em setembro de 2024. O Grupo defende a promoção da integridade da informação "por meio de diferentes abordagens, de maneiras que sejam consistentes com o direito internacional e os marcos legais aplicáveis, com a participação significativa de todas as partes interessadas". Segundo o documento, isso é essencial para a garantia da "resiliência social contra a desinformação e a má-informação", além da mitigação de riscos de danos online, "que afetam de forma desproporcional mulheres e meninas".

Crédito da Foto: Audiovisual G20





4. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE AÇÃO CLIMÁTICA SENSÍVEL A GÊNERO

O tema da ação climática, assim como o empoderamento de mulheres e meninas, surgiu de forma transversal em diferentes documentos, seja de Grupos de Trabalho, Forças-Tarefa ou de Grupos de Engajamento do G20 Social. Ao buscarmos a intersecção entre gênero e ação climática, por sua vez, encontramos resultados em 7 Grupos de Trabalho, 2 Forças-Tarefa, na Iniciativa de Bioeconomia e em 3 Grupos de Engajamento.

O W20, por exemplo, pontua que os dois temas estão “intrinsecamente ligados” e que “os membros do G20 são responsáveis por 75% das emissões de gases de efeito estufa (GEE)”.

- De acordo com este Grupo de Engajamento, é necessário “garantir uma abordagem responsável ao gênero em todas as políticas, estratégias, planos táticos, ações e Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) sobre mudanças climáticas, assegurar a representação significativa de todas as mulheres sub-representadas e desfavorecidas, e garantir a inclusão do conhecimento das mulheres indígenas”.
- “Investir em financiamento climático com justiça de gênero e implementar financiamento direto para projetos e negócios liderados por mulheres na área climática”;
- “Integrar uma perspectiva de gênero na redução e gestão de riscos de desastres por meio da implementação de sistemas de alerta precoce. Capacitar mais mulheres em mecanismos de resposta a desastres e colocá-las em cargos de liderança nos esforços de evacuação”;
- “Assegurar a representação equitativa de mulheres como tomadoras de decisão e negociadoras na Conferência das Partes (COP) e em todas as outras reuniões multilaterais sobre mudanças climáticas”.

Estas recomendações fazem eco junto à Declaração Ministerial do Grupo de Trabalho de Redução do Risco de Desastres, que aborda questões críticas relacionadas à gestão de crises e catástrofes em escala global. O GT finalizou os debates no final de outubro com um documento batizado como “Reduzindo Vulnerabilidades e Enfrentando Desigualdades”. Neste material mulheres são citadas nas seguintes ocasiões:



Crédito da Foto: Leandro Vaz/MCidades

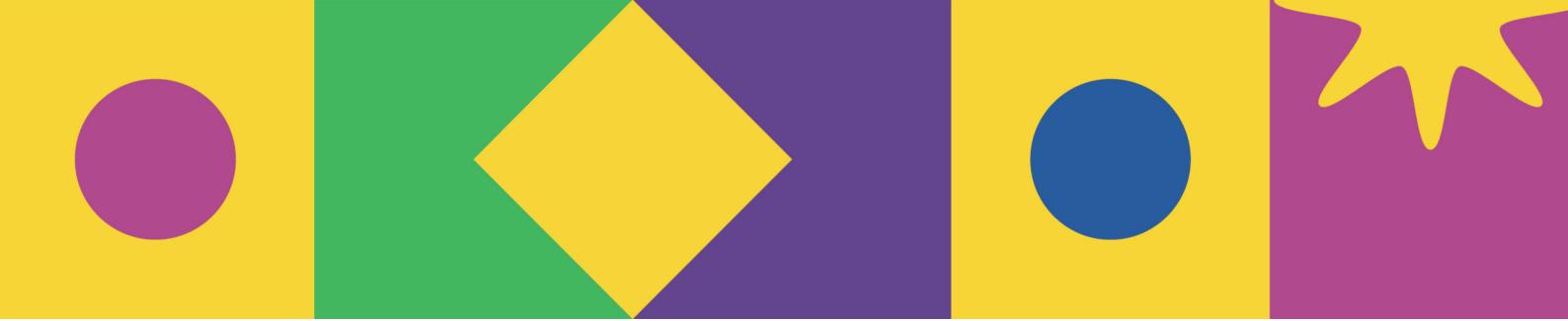


Crédito da Foto: Audiovisual G20

• Os membros garantem que irão priorizar "o enfrentamento das desigualdades por meio de iniciativas inclusivas, específicas de cada país e que levem em consideração questões relativas a gênero e que sejam inclusivas para pessoas com deficiências e para toda a sociedade, e que fortalecem as lideranças de comunidades locais, Povos Indígenas, mulheres e jovens para reduzir os riscos e construir resiliência".

• E reconhecem "o papel que as comunidades locais, incluindo mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência, bem como Povos Indígenas, podem ter nas ações de redução do risco de desastres". Por esta razão, eles se comprometem a "impulsionar, onde for apropriado, práticas como engajamento comunitário, lideranças locais e participação na governança de riscos de desastres que reduzam vulnerabilidades e apoiem a recuperação sustentável".

O documento para criação da **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, no parágrafo 28, trata sobre os instrumentos de financiamento para riscos climáticos e de desastres. Nele, é apontada a necessidade de vinculá-los aos sistemas de proteção social adaptativa, uma vez que "podem possibilitar a resiliência e adaptação às mudanças climáticas, bem como responsas mais rápidas, econômicas e previsíveis a choques relacionados ao clima e desastres".



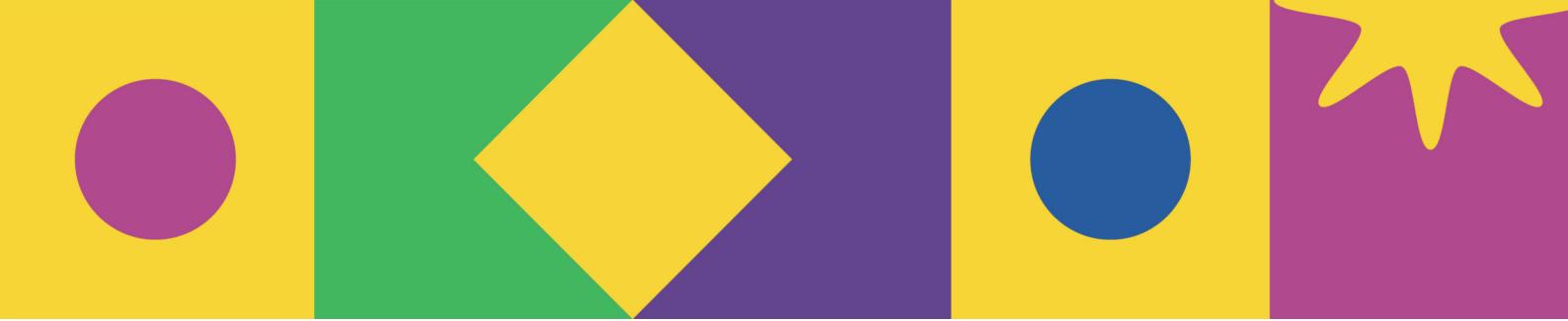
• "À medida que promovemos uma revisão no G20 das operações dos fundos multilaterais de clima e meio ambiente, tendo em vista seu papel fundamental no apoio a trajetórias de transição sustentável, inclusiva e justa, convidamos os fundos climáticos, instalações e mecanismos financeiros para adaptação climática, redução de risco de desastres e para resposta a perdas e danos a considerarem, dentro de seus mandatos e objetivos existentes, aumentar seu apoio a mecanismos nacionais de proteção social adaptativa".

• Além disso, o documento incentiva os países a fortalecerem o papel desses mecanismos em seus planos nacionais de clima, redução de risco de desastres e biodiversidade. "Esses programas de proteção social adaptativa podem abranger iniciativas escaláveis para apoiar populações pobres e grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas, incluindo todas as mulheres e meninas em diversas condições e situações, pequenos produtores e agricultores familiares, e pessoas com deficiência".

Ainda no âmbito financeiro de enfrentamento às crises climáticas, o Grupo de Engajamento T20 defende o "financiamento acessível e econômico do clima e do desenvolvimento sustentável" através de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e de Fundos Multilaterais para o Clima que levem em consideração políticas inclusivas baseadas nas necessidades, de modo a que o financiamento seja atribuído aos países e comunidades onde é mais necessário. Isto significa garantir "critérios de atribuição de financiamento em condições favoráveis que deem prioridade aos países vulneráveis e de baixos rendimentos, aos grupos desfavorecidos, como as mulheres e os povos indígenas, e às pequenas empresas, tendo simultaneamente em conta as suas necessidades de adaptação e de atenuação".

Neste sentido, o GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática é responsável por discutir a adaptação frente a eventos climáticos extremos; pagamentos por serviços ecossistêmicos; oceanos; além de resíduos e economia circular. Ele finalizou os debates no começo de outubro de 2024 com a publicação de uma Declaração Ministerial que cita mulheres em dois tópicos, um sobre oceanos e outro sobre gestão de resíduos:

- Neste material, os países se comprometeram a "aumentar a conscientização, desenvolver capacidade e facilitar e encorajar a participação significativa de Povos Indígenas, comunidades locais, comunidades costeiras, mulheres e jovens, na conservação e restauração oceânica e costeira, tomada de decisões e esforços de gestão";
- Também dizem que irão promover políticas para a geração de trabalho decente e empregos de alta qualidade, bem como o empoderamento econômico e social e a proteção da força de trabalho no setor de gestão de resíduos, "incluindo trabalhadores em ambientes cooperativos, particular-



mente catadores, mulheres, comunidades locais e povos indígenas, ao longo das cadeias de valor”.

A Força-tarefa pela Mobilização Global contra a Mudança do Clima promoveu o diálogo entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais, além do alinhamento macroeconômico e financeiro global para a implementação dos objetivos do Acordo de Paris. O documento final desta FT apresentou conclusões com um tópico que cita mulheres e um anexo onde também há uma citação.

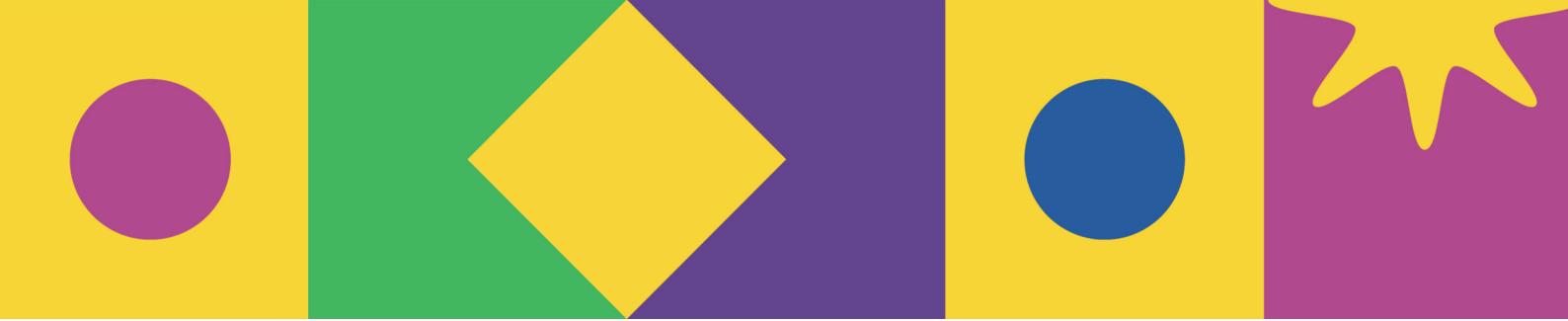
Segundo o documento, através de uma perspectiva social e econômica, o planejamento de transição nacional e setorial pode incorporar a ação climática em estratégias mais amplas de desenvolvimento sustentável para alcançar os ODS no âmbito da Agenda 2030, sem deixar nenhuma pessoa e nenhum país para trás. Isto inclui dar prioridade à redução da pobreza e da desigualdade, bem como à concessão de medidas específicas para apoiar os povos indígenas, as autoridades locais, as comunidades, os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os sindicatos e outros grupos, a fim de promover o diálogo social e dar resposta às necessidades.

No Anexo A, “Quadro para o planejamento da transição e plataformas nacionais”, o documento sugere que as plataformas dos países sejam desenhadas com base em trajetórias climáticas nacionais e que consultem “todos os atores relevantes, tais como povos indígenas, autoridades locais, comunidades, trabalhadores, jovens, mulheres, sindicatos e grupos vulneráveis”.

Sobre saneamento e gestão de água, o parágrafo 12 da Declaração do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento salienta que as políticas de saneamento e gestão sustentável de água devem dar prioridade às mulheres e que elas sejam inclusivas, integradas, sustentáveis e sensíveis ao gênero, “para construir resiliência aos impactos da perda de biodiversidade, mudança climática, degradação ambiental, doenças transmitidas pela água, desastres e poluição, a fim de alcançar resultados melhores de saúde, educação e desenvolvimento socioeconômico”.

O grupo também publicou um Anexo com o título “Chamado à Ação do G20 sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene” onde mulheres são citadas outras vezes.

- No tópico (A) da “Chamada à Ação”, os países reafirmam o compromisso de “liderar pelo exemplo na construção e fortalecimento de sistemas de WASH”, sigla em inglês para Água, Saneamento e Higiene. Eles afirmam que “é essencial que as soluções de WASH sejam sensíveis ao gênero e garantam



a dignidade inerente de todas as mulheres e meninas em diversas situações e condições". O documento também encoraja "o desenvolvimento liderado por mulheres" e se compromete "em melhorar a participação plena, igualitária, eficaz e significativa das mulheres como tomadoras de decisão, incluindo no desenvolvimento e implementação de políticas, planos e estratégias nacionais de WASH".

• Em seguida, no tópico (B), o documento afirma que os países apoiam a criação de estratégias de orçamento sensíveis a gênero e que "disponibilizar recursos financeiros, usar e direcionar o financiamento existente de forma mais eficaz são ações essenciais para beneficiar diretamente todas as mulheres e meninas em diversas situações e condições, grupos e indivíduos em situações vulneráveis, incluindo povos indígenas e comunidades locais, que são desproporcionalmente afetados pelos efeitos da escassez de água, riscos relacionados à água (como inundações e secas) e gestão inadequada dos recursos hídricos e acesso à água potável, saneamento e higiene".

• No tópico (D), o documento afirma que os países irão promover e investir em "serviços de WASH, nos setores de saúde e educação e nos locais de trabalho", além de encorajar "um maior envolvimento inclusivo da comunidade". Segundo o documento, "isto pode incentivar comportamentos de higiene pessoal e doméstica e comunitária, incluindo a gestão da saúde menstrual, prestando especial atenção às necessidades de todas as mulheres e meninas em diversas situações e condições e aquelas em situações vulneráveis".

Em relação à segurança alimentar, o Grupo de Trabalho de Agricultura reconhece em seu documento que é "vital melhorar o acesso ao mercado e à cadeia de abastecimento para as mulheres, os agricultores familiares, incluindo os pequenos agricultores, os povos indígenas e as comunidades locais".

Dentre os tópicos sobre sistemas alimentares resilientes, há o reconhecimento de que os agricultores familiares, incluindo os pequenos proprietários, os povos indígenas e as comunidades locais, bem como as mulheres e os jovens, são fundamentais para garantir a segurança alimentar e desempenham um papel central na gestão e utilização sustentáveis dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade. Por esta razão, os países afirmam que "é imperativo dar prioridade a soluções adaptadas e lideradas a nível local e desenvolver políticas específicas com a participação significativa e efetiva destes grupos".

Já dentro da seara da transição energética, o Grupo de Trabalho com este nome tem como prioridade debater a transição global para utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis e os caminhos para uma transição energética justa, acessível e inclusiva. O Grupo finalizou os debates em

outubro de 2024, com a aprovação de "Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas", entre eles, um princípio para "incorporar perspectivas interseccionais sobre igualdade de gênero, incluindo empoderamento das mulheres, idade, raça, etnia e aqueles em situações de vulnerabilidade no planejamento e nas políticas energéticas, garantindo uma distribuição justa de custos e benefícios".

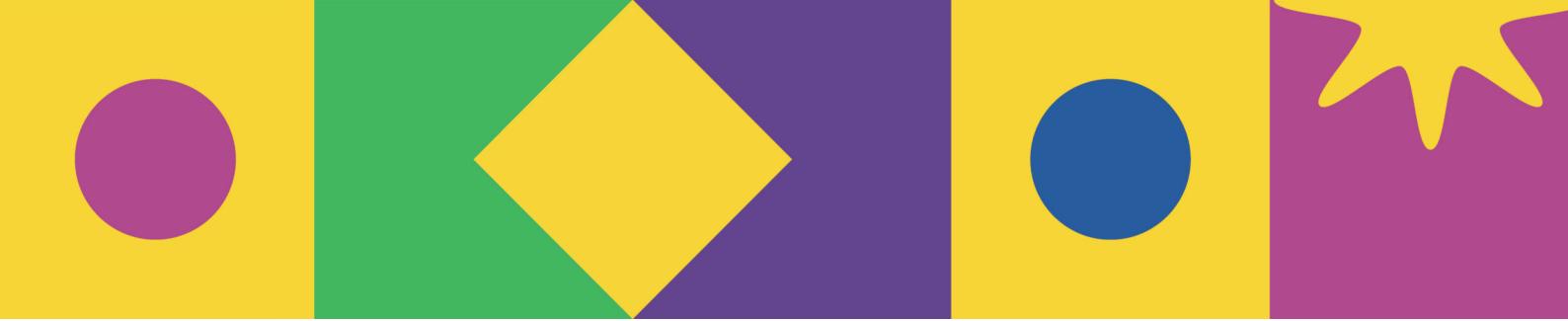


Crédito das Fotos: Audiovisual G20

O mercado de trabalho da transição energética também foi tema no documento do Grupo de Trabalho e Emprego em que os países pontuam que "a atual transição energética tem o potencial de aumentar a participação no mercado de trabalho, mitigar o impacto das mudanças climáticas e melhorar os padrões de vida, ao mesmo tempo em que cria oportunidades para os trabalhadores". No entanto, reconheceram que essas oportunidades "afetam os direitos dos trabalhadores, provocam mudanças estruturais no mercado de trabalho, resultam em disruptões em vários setores e podem exacerbar muitas das desigualdades existentes e afetar negativamente as mulheres, meninas e as pessoas em situações vulneráveis".

A Iniciativa de Bioeconomia, uma inovação da presidência brasileira, estruturou-se em três eixos temáticos: (1) Ciência, Tecnologia e Inovação; (2) uso sustentável da biodiversidade e (3) o papel da bioeconomia na promoção do desenvolvimento sustentável. Como resultado dos debates técnicos, finalizados em outubro, foi publicado um documento com os "Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia do G20".

Um dos princípios inclui a perspectiva de gênero. Espera-se que as atividades de bioeconomia "sejam inclusivas e equitativas, defendam os direitos de todas as pessoas, incluindo os Povos Indígenas e membros de comunidades locais, promovam a igualdade de gênero e a participação de todas as partes interessadas".



O Grupo de Trabalho de Saúde publicou um segundo documento anexo à Declaração Ministerial com foco exclusivo em mudanças climáticas e saúde. O material cita mulheres:

- Os membros afirmam que irão trabalhar para aumentar a resiliência dos sistemas de saúde para todos e reconhecem que "as mulheres, as comunidades locais, os povos indígenas, os jovens e outras pessoas em situações vulneráveis, incluindo os idosos, as pessoas com deficiência e os pobres, sofrem maiores impactos relacionados com o clima, incluindo emergências de saúde e encargos com doenças".
- Também garantem que irão promover "a adoção e a aplicação de políticas de saúde para fazer face aos efeitos das alterações climáticas na saúde, bem como a participação plena, equitativa, efetiva e significativa das mulheres e das pessoas em situação de vulnerabilidade em todos os níveis de tomada de decisões e de liderança no domínio das alterações climáticas e da saúde".

Para finalizar a discussão sobre ação climática com perspectiva de gênero, o Grupo de Engajamento U20 é uma iniciativa de diplomacia de cidades, com o objetivo de promover recomendações nas pautas de economia, clima e desenvolvimento nas cidades. O documento do U20 pontua em duas ocasiões sugestões que atendem às mulheres, especialmente na seção que trata sobre "aumentar a inclusão social e o enfrentamento contra a fome e a pobreza".

- "Garantir os direitos, as necessidades e as aspirações dos historicamente marginalizados, promover a igualdade de gênero e facilitar a participação das pessoas, desenvolvendo um novo contrato social, tal como preconizado pela Nossa Agenda Comum e tendo a Agenda 2030 como quadro global".
- Também sugerem que "os empregos verdes de elevada qualidade sejam acessíveis a quem mais precisa deles, incluindo as pessoas que vivem na pobreza, as mulheres e os trabalhadores da economia informal".

5. TÓPICOS DE OUTROS GRUPOS DE TRABALHO E DE GRUPOS DE ENGAJAMENTO SOBRE OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Cabe notar que, além dos temas gerais selecionados pelo Grupo de Trabalho de Empoderamento para Mulheres - igualdade de gênero, autonomia econômica e política de cuidados; enfrentamento à misoginia e à violência de gênero e ação climática sensível a gênero - outras áreas de atuação

que atendem às mulheres também surgiram nos documentos dos Grupos de Engajamento e nos Grupos de Trabalho.

Por exemplo, o Grupo de Trabalho Anticorrupção, que tem o objetivo de formular padrões anticorrupção que fortaleçam a implementação de instrumentos internacionais, finalizou as discussões em outubro de 2024. A Declaração Ministerial cita o debate sobre gênero quando os países manifestam "preocupação com o impacto da corrupção" nas pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial, as mulheres, e se comprometem a melhorar a compreensão da ligação entre as desigualdades de gênero e o fenômeno da corrupção.

Também foi tema de alguns documentos tópicos relacionados à Transformação Digital, com destaque para as sugestões do B20 e do W20 quanto às lacunas digitais que atingem mulheres e do T20. Este Grupo de Engajamento defende diretrizes globais de responsabilização e regulamentação quanto a Inteligência Artificial (AI), reconhecendo que é "necessário abordar o desequilíbrio das capacidades tecnológicas, investindo em recursos computacionais de acesso aberto para promover os interesses públicos a nível mundial, financiando a investigação sobre a dignidade do trabalho com dados e programas de requalificação para mulheres e minorias".



Crédito das Fotos: Cid Machado ASCOM/CGU

